

CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MIRANDELA

ATA N.º 1/2024

Ao **décimo nono dia do mês de março de 2024**, pelas 14 horas e 30 minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, com a presença dos seguintes elementos:

- *Júlia Rodrigues*, Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e Presidente do Conselho;
- *Francisco Ribeiro*, representante da ex-Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (CCDR-NORTE, I.P.) (por videoconferência);
- *António Cosme*, representante do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas I.P.;
- *Delfim Machado*, em representação de *Marcelino Martins*, representante da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais – Mirandela;
- *Cristina Passas*, representante da Associação Comercial e Industrial de Mirandela.
- *Francisco Ataíde Pavão*, representante da APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro; representante da Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes (Organismo de Certificação e de Promoção e Valorização dos Vinhos de Trás-os-Montes) e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Ana Novais*, representante da Tradição e Qualidade - Associação Interprofissional para os Produtores Agro-Alimentares de Trás-os-Montes;
- *Beatriz Pilão Garcia*, representante do Centro de Gestão da Empresa Agrícola Vale do Tua;
- *António Neves*, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana; e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Cândida Santos*, representante da ANCOTEQ – Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra da Terra Quente;
- *Paulo Xavier Rodrigues*, representante da Silvidouro – Associação Agro-Florestal;
- *Marta Ferreira*, representante da Aflodounorte – Associação Florestal do Vale do Douro Norte (por videoconferência);
- *Bruno Ricardo*, em representação da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos;
- *Carlos Santos*, representante da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL;
- *João Silva*, representante da LEICRAS – Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana;
- *Agostinho Beça*, técnico do Município de Mirandela;
- *Liliana Pinto*, representante do Serviço Municipal de Veterinária;
- *Maria Gouveia*, Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*, representante do Partido Social Democrata (PSD);
- *Jorge Humberto Fernandes*, representante da Coligação Democrática Unitária (CDU);
- *Hernâni Torres Moutinho*, representante do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP);
- *Rita Messias*, representante do Partido Socialista (PS).

E as ausências de:

- *Ana Paula Silva*, representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- *Arlindo Castro Ferreira de Almeida*, representante do Instituto Politécnico de Bragança, (apresentou justificação da ausência);
- *Aurora Ribeiro*, representante da DESTEQUE – Associação de Desenvolvimento da Terra Quente;
- *Emanuel Sérgio Batista*, representante da AOTAD – Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- *José Domingos Carneiro*, representante da Associação de Apicultores do Nordeste, FNAP – Federação Nacional dos Apicultores de Portugal;
- *Alexandre Duarte de Abreu e Lima*, representante da ACRIGA – Associação dos Criadores de Gado;
- *João Alves Ribeiro*, representante da FACIRC – Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética;
- *Francisco Ferreira*, representante da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana;
- *Luís Manuel Martins Cardoso*, representante da Cooperativa de Olivicultores de Valpaços;
- *José Manuel Teixeira Vieira*, representante da COOPAÇOS – Cooperativa Agrícola de Valpaços, CRL.;
- *Pedro Miguel Baia Vinagre*, representante da Adega Cooperativa de Valpaços;
- *Alcides Manuel Santos*, representante da Adega Cooperativa do Rabaçal, CRL.;
- *Susana Batista*, representante do Centro de Gestão Agrícola. da Terra Viva;
- *Débora dos Santos Lopes*, representante da ADAN – Associação de Defesa Animal do Nordeste;
- *José Carlos Teixeira*, representante do Grupo Municipal dos Independentes, (apresentou justificação da ausência);
- *Nuno Nogueira*, Presidente de Junta da Freguesia de Torre de Dona Chama, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia;
- *Gualter Ferreira*, representante dos Serviços Municipais com competências na área do Ambiente – DASO – Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais da Câmara Municipal, (apresentou justificação da ausência).

Outras presenças:

- *Cláudia Ramos*, Adjunta da Sr.ª Presidente – Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal.

Presidiu aos trabalhos a **Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e deste Conselho Municipal**, dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Após verificar a presença de quórum deu início à reunião.

Comunicou que a Técnica **Patrícia Gueirez**, do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, se encontra presente na Reunião para secretariar e prestar apoio a este Conselho, bem como a Dr.ª **Cláudia Ramos**, Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, solicitando, ainda, autorização para gravação da reunião de modo a facilitar a elaboração da Ata, ao que nenhum dos Conselheiros se opôs.

A Sr.ª Presidente informou que o Membro da Assembleia Municipal indicado para representar o Partido Socialista neste Conselho, foi substituído pela Deputada Municipal **Rita Messias**, nos termos do n.º 2 do art.º 7.º do Regulamento e conforme foi dado conhecimento na 1.ª Sessão Ordinária daquele Órgão Deliberativo de 23 de fevereiro de 2024.

Transmitiu ainda a Sr.ª Presidente que o Técnico dos quadros do Município, **Agostinho Beça**, irá estar presente nas reuniões do Conselho Municipal de Agricultura, devidamente autorizado por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 8 de fevereiro de 2024.

Após esta introdução, iniciou a Ordem de Trabalhos com o **Ponto 1 – Período de Intervenção do Público**, conforme o n.º 5 do artigo 12.º, comunicando que a presente reunião foi divulgada por Edital, para informação sobre a realização da mesma.

Dada a ausência de público, passou de imediato ao ponto seguinte: **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia**, conforme o n.º 2 do artigo 12.º. Mais informou que este período não poderá exceder sessenta minutos se destina à discussão e análise de quaisquer assuntos pertinentes às funções deste Conselho que não estejam incluídos na Ordem do Dia, dando a palavra aos Conselheiros inscritos.

Francisco Ribeiro, representante da ex-Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, tomou a palavra informando que desde 1 de janeiro de 2024 representa a CCDR-NORTE I.P. – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Começou por fazer uma apresentação da nova estrutura da CCDR-NORTE, I.P., destacando como principal alteração a fusão da área da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, com a da CIM do Alto Tâmega e Barroso numa só unidade, denominada Divisão de Trás-os-Montes que corresponde à área geográfica das duas CIM, mantendo os mesmos postos de atendimento.

Face ao exposto, a Sr.ª Presidente informou que, em virtude da recente extinção da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) e a sua integração na CCDR-NORTE, I.P., o Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura ficou desatualizado no que se refere à alínea b) do n.º 1 do art.º 7.º, na qual é indicado que integra o Conselho “*Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte*”.

Assim, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 21.º, o Conselho terá de apresentar proposta de alteração do Regulamento à Assembleia Municipal.

De seguida, **Francisco Pavão**, representante da APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro, representante da Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes (Organismo de Certificação e de Promoção e Valorização dos Vinhos de Trás-os-Montes) e Secretário da Mesa do Conselho, tomou a palavra referindo que considera importante a correção da constituição dos elementos do Conselho e indicar não só os elementos da Assembleia Municipal mas também as Entidades representadas no Conselho. Considera ainda oportuna a realização de um ponto de situação das Entidades que, consecutivamente, faltam às Reuniões do Conselho. Essas entidades devem ser notificadas ou suspensas. Pretende ter acesso, na próxima reunião, às faltas justificadas de Entidades que fazem parte do Conselho.

Ante o exposto, a Sr.ª Presidente propôs a notificação das Entidades que sistematicamente faltam às Reuniões, sendo deliberado, por unanimidade, proceder à notificação das referidas Entidades.

Relativamente à composição dos elementos do Conselho, ficou deliberado que a lista dos mesmos será atualizada e publicada no *site* oficial do Município de Mirandela.

Carlos Carvalho, representante do Partido Social Democrata (PSD), questionou a eventual possibilidade de inserir novas Entidades como Membros do Conselho, nomeadamente, a **ABMC** – Associação de Beneficiários de Macedo de Cavaleiros, **ADAB** – Associação de Agricultores de Bragança e **AATM** – Associação de Agricultores de Trás-os-Montes.

A informação referida por alguns Conselheiros foi no sentido que, as referidas Entidades foram inicialmente contactadas, aquando da criação do Conselho.

Ficou deliberado que as mesmas serão novamente contactadas, no sentido de auscultar as suas pretensões de fazerem parte do Conselho.

Passando ao **Ponto 3 – Período da Ordem do Dia**, no **Ponto 3.1 – Apresentação da Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola**, a Sr.ª Presidente informou que desde o início das Reuniões do Conselho Municipal de Agricultura, muito se tem falado na necessidade da criação de um “Serviço de Apoio à Agricultura do Concelho e da Região” e desta Equipa Multidisciplinar, bem como a sua importância estratégica.

Agostinho Beça, técnico do Município de Mirandela, tomou a palavra para proceder à apresentação da Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, doravante designada por EMEIA, expondo os principais objetivos, competências e atribuições da mesma, nos termos das disposições presentes no **Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro** e no **Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mirandela**, em vigor desde 4 de dezembro de 2023.

Francisco Ataíde Pavão, convidado a manifestar a sua opinião, advertiu que deve ser criado um elo/interlocutor entre o Município e as Organizações de Agricultores, no sentido de agilizar e uniformizar procedimentos respeitantes à emissão de pareceres de processos de Licenciamento de investimentos e explorações agroindustriais.

António Neves, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana e Secretário da Mesa do Conselho tomou a palavra para questionar se os processos de Licenciamento referentes a aquisição de painéis solares para fins agrícolas, têm obrigatoriedade de ser submetidos a parecer dos Serviços de Urbanismo do Município, dando como exemplo um caso particular, de pedido de instalação de painéis fotovoltaicos e de um tanque de rega, processo já instruído com um parecer positivo da CCDRN.

Jorge Humberto Fernandes, representante da Coligação Democrática Unitária (CDU), tomou a palavra para informar que a instalação dos painéis fotovoltaicos necessita de uma licença e pagamento de uma taxa ao Ministério da Economia.

Referiu ainda que a transferência de competências para os municípios é feita, muitas vezes, sem a correta capacitação dos técnicos e meios para auxiliar nas competências que lhes são conferidas.

Francisco Ataíde Pavão reiterou a necessidade da criação dum interlocutor e da celeridade na emissão de pareceres sob pena de anulação de investimentos já efetuados. Invocou ainda que, os pedidos efetuados ao Município são considerados como taxa de Licenciamento, cujo valor pago é de 49 euros, e que no seu entendimento não o são, sendo que em alguns Municípios, o mesmo tipo de pedido é gratuito.

Face ao exposto, a **Sr.ª Presidente** informou o Conselho que todos os pedidos de Licenciamento para obras particulares estão concentrados na **DOMU** – Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, sejam elas de natureza agrícola ou agroindustrial. Apenas os técnicos afetos a essa Divisão têm competência para avaliar esse tipo de Licenciamentos, em conformidade com o previsto nos Instrumentos e Ferramentas de Gestão Territorial, como é o caso do PDM.

Assim, o que se pretende é fazer uma articulação e uma Via Verde, em relação a alguns investimentos na área agrícola e/ou agroindustrial, entre EMEIA e a DOMU, no sentido de servir de interlocutor e conferir celeridade em determinados procedimentos.

Referiu ainda que existem alguns problemas na DOMU e que o *simplex* urbanístico trouxe uma simplificação de procedimentos que nesta fase de transição há necessidade de proceder a uma formação dos quadros técnicos. Por outro lado, a descentralização de competências promoveu a adoção de vários diplomas legais e foi necessário esta adequação da orgânica da Câmara para as novas competências na ação social, na educação, ficando com mais recursos humanos e mais carga burocrática relativamente aos processos.

Frisou ainda que, normalmente, as Câmara Municipais não tinham na sua estrutura a Agricultura, pela primeira vez temos um Conselho Municipal de Agricultura e alguma intervenção nesta área, visto que as Direções Regionais de Agricultura ocupavam espaço muito próprio, mas pela importância que a Agricultura tem no nosso concelho, merece este destaque.

Francisco Ataíde Pavão tomou a palavra para sugerir que as Organizações de Agricultores que pretendam reunir com os responsáveis do Município para agilizar esses procedimentos.

A **Sr.ª Presidente** informou que pretende realizar reuniões internas para definir um interlocutor e apresentar um circuito documental a seguir para agilizar os procedimentos relacionados com os projetos agrícolas. Neste momento, o GAM é a porta de entrada para a Câmara Municipal.

Agostinho Beça tomou a palavra para referir que a Tabela de Taxas do Município não prevê uma taxa para este tipo de pareceres e como tal remete para outras taxas relacionadas com a área de Engenharia Civil.

Por outro lado, quando o investimento está inserido nas áreas do Parque Regional do Vale do Tua, são pedidos pareceres à Agência e esta remete sempre para os Municípios as questões relacionadas com os instrumentos de gestão territorial.

Carlos Carvalho tomou a palavra para questionar quais são as áreas que envolvem os trabalhadores do Município afetos à EMEIA.

A **Sr.ª Presidente** informou que a Equipa tem um elemento da área de Engenharia Química, tendo o outro elemento, com experiência adquirida na área de projetos, solicitado a sua substituição, que irá acontecer aquando do término do procedimento concursal externo que está a decorrer para ocupação de um posto de trabalho na área de Engenharia Agronómica.

Acrescentou ainda que se considera que esta Equipa Multidisciplinar deverá ser constituída não só por elementos ligados à área Agrícola como também com outras formações, a par do que acontece com a outra Equipa Multidisciplinar.

Agostinho Beça tomou a palavra para informar que tem formação na área de Engenharia Rural, Engenharia Florestal e em Gestão Cinética em Turismo e Natureza.

Cristina Passas, representante da Associação Comercial e Industrial de Mirandela tomou a palavra para fazer um ponto de situação em relação ao período da ordem do dia Apresentação da Equipa Multidisciplinar, ponto 3.1, será apresentação do Projeto e não da Equipa.

Agostinho Beça informou que a Equipa não tem de ser objetivamente o conjunto de pessoas que integram a Equipa, é também o que ela pretende desenvolver, o Projeto chama-se Equipa Multidisciplinar. A Equipa poderia chamar-se de Divisão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, então seria apresentada a Divisão e não as pessoas que integram a Divisão.

Jorge Humberto Fernandes tomou a palavra para propor a isenção de taxas associadas aos pareceres agrícolas para os agricultores e pequenos produtores que queiram fazer pequenos investimentos.

A **Sr.ª Presidente** propôs a realização de um estudo com a tipificação do tipo de projetos e candidaturas que costumam enviar, para enquadrar os pareceres.

Francisco Ataíde Pavão sugere a realização de uma formação com o Gabinete Técnico Florestal no sentido de esclarecer todos os procedimentos que envolvem a instrução deste tipo de projetos e candidaturas.

Rita Messias, representante do Partido Socialista (PS), tomou a palavra para questionar se a Equipa já está em funcionamento e se está previsto a apresentação de um relatório de atividades e a partilha de resultados.

Agostinho Beça tomou a palavra para comunicar que toda a atividade desenvolvida pela EMEIA, desde o seu início a 10 de janeiro de 2024, até 7 de fevereiro, já consta da informação enviada pela Sr.ª Presidente à última Assembleia Municipal. Essa informação também será partilhada neste Conselho, no tempo devido.

A **Sr.ª Presidente** propôs a realização de uma formação entre o Gabinete Técnico Florestal do Município e a DOMU – Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, verificando, previamente, a disponibilidade do Chefe da DOMU. Deverá haver uma reunião interna para definir os circuitos e posteriormente fazer a formação aos Técnicos com o Gabinete Técnico Florestal. A EMEIA fica responsável por esta situação para que na próxima reunião serem apresentados os resultados.

Em relação ao **Ponto 3.2 – Apreciação do Relatório final – “Ecossistema Agroalimentar, Gestão Ativa do Território e Desenvolvimento Regional” - UTAD**, a **Sr.ª Presidente** questionou se os Conselheiros lerem o mesmo.

Jorge Humberto Fernandes solicitou que a Câmara Municipal lhe fizesse chegar o referido Relatório em formato de papel, para poder ser analisado com calma e se poder manifestar sobre o mesmo.

A **Sr.^a Presidente** informou que o documento será fotocopiado, a preto e branco, e enviado ao Senhor Conselheiro **Jorge Humberto Fernandes**, representante da Coligação Democrática Unitária (CDU).

Quanto ao **Ponto 3.3 – Atividades de Promoção dos Produtos Endógenos do Concelho**, a **Sr.^a Presidente** passou a palavra ao Secretário da Mesa, Eng.^o Francisco Pavão, que sugeriu este tema.

Francisco Ataíde Pavão questionou o Município sobre o que tem sido feito sobre a promoção dos produtos endógenos, uma vez que o que se tem visto é apenas a promoção de um só produto e o que se pretende é igualdade na promoção dos restantes produtos.

A **Sr.^a Presidente** informou que uma das tarefas da EMEIA é a promoção dos produtos endógenos, solicitando que todos partilhem os prémios alcançados, alertando que a promoção destes produtos não se faz só através das redes sociais, mas também através de outros fóruns.

Francisco Ataíde Pavão propôs ainda a realização de uma ação de formação e promoção sobre os produtos endógenos no Agrupamento de Escolas de Mirandela e na Escola Esproarte – Escola Profissional de Arte de Mirandela, voltada para a literacia alimentar. É importante a inclusão de uma disciplina em literacia alimentar no currículo destas escolas e garantir que haja produtos locais endógenos, certificados nessas cantinas.

A **Sr.^a Presidente** informou que estas atividades propostas podem ser articuladas entre a EMEIA e a Divisão da Educação do Município, referindo ainda que a Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais faz muito bem este trabalho, juntamente com os seus jovens, no entanto, em relação ao Agrupamento de Escolas de Mirandela e à Esproarte, um pouco mais distantes do mundo rural, refere que foi realizada uma ação junto das escolas, muito interessante, com um pequeno-almoço com mel, e convida o senhor Conselheiro a partilhar essa experiência.

Bruno Ricardo, em representação da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos, refere que a iniciativa foi pensada no âmbito do Dia Mundial da Alimentação, na qual foi fornecido um frasco de mel, a cada turma do 1.º Ciclo, para degustação em ambiente de turma. O *feedback* que temos é que a atividade teve muito acolhimento. Poderá ser estendida a todo o Agrupamento, caso seja esse o entendimento.

Realçou ainda que no âmbito desta iniciativa, foi pensado o aspeto da reciclagem, em que está previsto que no Dia Internacional da Reciclagem os frascos de mel sejam devolvidos para poderem ser reutilizados para dar continuidade à atividade, passando uma mensagem de sustentabilidade.

Rita Messias tomou a palavra para questionar a definição de produto endógeno do concelho e se existe alguma lista desses produtos. Sugere que poderá ser uma tarefa a realizar pela EMEIA.

Agostinho Beça registou a sugestão, admitindo que os conceitos de endógeno e autóctone devem ser clarificados e listados, para o comum do cidadão.

António Neves deu nota de que o modelo do Seminário de Turismo e Recursos Endógenos, no âmbito da Feira da Alheira de 2024, foi muito interessante, quanto aos assuntos abordados e às entidades convidadas presentes, felicitando a ACIM e a Câmara Municipal de Mirandela.

Relativamente à Feira da Alheira 2024, refere que seguiu o modelo do ano anterior, esteve de acordo com as expectativas, fazendo um balanço positivo.

Deixa nota ainda de um agradecimento ao Município de Mirandela pelo apoio prestado à Cooperativa, no âmbito do Festival do Cabrito Transmontano, na divulgação e promoção do produto endógeno: o cabrito.

Formaliza um convite a todos os presentes para degustarem o cabrito, informando que o Festival tem início já no dia 22 e termina no dia 31 de março.

Por fim, dá conta de que o problema que se tem levantado em várias reuniões, sobre os procedimentos a seguir nos projetos agrícolas, poderá ter agora solução com a Equipa Multidisciplinar.

Francisco Ataíde Pavão questiona se é intenção do Município de Mirandela participar na Feira Nacional de Agricultura.

A **Sr.^a Presidente** informou que esse assunto já foi falado no Executivo e que existe uma estratégia regional de participação em conjunto com outros Municípios, utilizando a marca Terras de Trás-os-Montes. É intenção do Município de Mirandela participar nessa Feira, em moldes a decidir.

Francisco Ataíde Pavão informa que há Municípios desta CIM que já reservaram espaço na Feira, o Município de Vila Flor, Miranda do Douro e também o de Carrazeda de Ansiães, embora não faça parte desta CIM, também já reservou um espaço, a título individual.

Considera que esta CIM não tem uma estratégia para divulgação dos produtos agroalimentares da região, quando comparada com a promoção que faz do turismo da região, dando o exemplo o investimento que foi realizado no âmbito da BTL, que em sua opinião não dignifica os produtos que lá estão.

Refere ainda que gostaria que a CIM tivesse a mesma posição na participação na Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, pois é a maior montra de divulgação dos produtos regionais, este ano com o tema bastante abrangente a Pecuária Extensiva, onde vão decorrer vários concursos nacionais.

Cristina Passas tomou a palavra para agradecer, em nome da ACIM, as palavras do **António Neves**, em relação ao Seminário e à Feira da Alheira.

Refere ainda que o desafio lançado no ano passado, na 1.^a Reunião do Conselho Municipal de Agricultura, onde se constatou que o formato da Feira desse ano não tinha ido ao encontro das necessidades efetivas do território, houve um empenho em colmatar essa situação, para que a próxima feira fosse mais abrangente em relação a todos os setores.

Menciona ainda que o protocolo assinado foi uma rampa de lançamento para futuros projetos, nomeadamente, Portugal 2030.

Informa que o relatório final do Seminário ainda não se encontra concluído, mas que no prazo de dez dias será finalizado.

Jorge Humberto Fernandes tomou a palavra para propor a criação de uma feira específica para venda de produtos endógenos, com frequência mensal ou quinzenal, como forma de divulgação e de reinvento que se possa criar para os agricultores.

A **Sr.^a Presidente** informou que já foi pensado criar uma feira de produtos biológicos ao sábado, a realizar na Praça do Mercado. Existe também o Mercado entre Pontes, organizado pela Junta de Freguesia de Mirandela, onde existem alguns produtores de hortícolas e de artesanato, fundamentalmente. Refere que a Câmara Municipal está aberta a propostas, tendo estas um público-alvo, um objetivo e muita divulgação e comunicação para que seja uma aposta ganha.

Jorge Humberto Fernandes considera que a criação dessa feira seria uma forma de divulgar os produtos endógenos, agrícolas, vendidos a um preço mais barato do que o praticado pelas grandes superfícies. Seria uma forma de dinamizar a agricultura que é feita no concelho, e proporcionar maior rentabilidade aos produtores.

A **Sr.^a Presidente** partilhou com o Conselho uma proposta de melhoria enviada por um munícipe, relativamente à ausência de afixação de preços nos produtos comercializados nos terrados, nas feiras semanais, da Praça do Mercado. Mais informa que existe a obrigatoriedade de afixação dos preços nos produtos expostos para venda, estando o Município a tomar diligências, através da EMEIA, para sanar esta situação, evitando assim uma possível fiscalização.

Relativamente à feira, a **Sr.^a Presidente** questionou os senhores Conselheiros se pretendiam dar contributos.

Francisco Ataíde Pavão tomou a palavra para citar o exemplo do Mercado de Chaves, que funciona muito com a produção biológica, com dinâmica mensal, com envolvimento da produção do concelho de Chaves onde a ADRAT, da qual a APPITAD faz parte, participa das reuniões ao contrário da DESTEQUE, em Mirandela.

Considera importante que seja promovida uma reunião com as pessoas que fazem a venda de produtos no Mercado, ou alguém que lhes fale sobre fiscalidade, sobre licenciamento, pois infelizmente no Mercado são observados conjuntos de não conformidades, como queijos sem rótulos, o que não significa que tenha mais ou menos qualidade, significa que é um produto que não pode ser vendido. É importante que o Município quando autoriza a participação de pessoas nos Mercados e Feiras locais, exija, no mínimo, o cumprimento da legislação,

o que não está a acontecer, como se pode verificar pela quantidade de queijos postos à venda, sem rótulo, no Mercado Municipal.

Considera importante que o Município simplifique o licenciamento das atividades referindo ainda que qualquer entidade aqui presente pode dar apoio nesse licenciamento.

A **Sr.^a Presidente** deu a palavra à **Veterinária Municipal** a qual informou que já tentou, há muitos anos, falar com essas senhoras que vendem os queijos sem rótulos, sendo-lhe comunicado que colocando os rótulos nos queijos as pessoas dizem que os mesmos não são caseiros. A **Veterinária Municipal** considera que os mesmos devam ser rotulados.

Cristina Passas sobre esta matéria considera que as entidades devem ser agentes responsáveis mas de alguma forma facilitadores, sob pena de a economia local ficar ainda mais atrofiada. É de opinião que se deve encontrar um equilíbrio.

Beatriz Pilão Garcia, representante do Centro de Gestão da Empresa Agrícola Vale do Tua, considera, de igual forma, que deve ser encontrado um equilíbrio entre a burocracia dos procedimentos que os pequenos produtores enfrentam e o cumprimento das regras previstas, no que se refere à higiene e segurança na produção.

António Neves considera que a questão dos produtos endógenos é complexa, em particular na pecuária. Faz apelo para à sensibilidade da Sr.^a Presidente, como veterinária, para estas questões. Citou o exemplo do Fundão, que paga a cada pequeno ruminante autóctone do concelho 15 euros e ainda paga a sanidade a 100%. Não pretende que a Câmara Municipal pague estas quantidades, mas apela para esta situação de apoio, de resolução de problemas.

A pecuária encontra-se numa situação muito difícil, não existe nos pequenos ruminantes, quem faça a certificação, só no cabrito é que se faz, devido à panóplia destes problemas e aos elevados custos associados.

Refere ainda que foi realizado um investimento de meio milhão de euros, pois foi dimensionado há 10-15 anos atrás e só agora é que está a ser executado. O trabalho está ser executado ao contrário. Existem inúmeras notícias de aquisição de máquinas de rastos e destroçadores, na região e em todo o país, no âmbito do PRR, e as verdadeiras sapadoras, as ovelhas e as cabras, estão a desaparecer.

No último ano perderam-se 20 produtores de cabras e na última dúzia de anos perderam-se 7 mil animais, daqui a uma dúzia de anos não temos produtores. Os decisores políticos têm de pensar nas medidas a preconizar para dar continuidade à pecuária ou perdemos o património genético do País.

A **Sr.^a Presidente** deu a palavra ao **Dr. Hernâni Torres Moutinho**, representante do Centro Democrático Social, Partido Popular (CDS/PP), que referiu que concorda com a feira de produtos biológicos, mas que levanta diversos problemas, um deles é a fiscalização, no sentido de atestar se um determinado produto é ou não biológico e quem irá promover esse trabalho, sob pena de se desvirtuar a ideia da feira.

Por outro lado, informou ainda que no início da sua atividade judicial, a maior quantidade de crimes do qual deduzia acuação para submeter ao Juiz, eram crimes de especulação de preços. Dando o exemplo de um caso onde a pessoa foi julgada e condenada por vender 1 kg de sardinhas por mais valor.

No seu entendimento, a questão de formação de preços também se coloca, quer do ponto de vista do consumidor, quer do ponto de vista do vendedor. Deverá ter-se em conta que não sejam praticados preços especulativos.

Cristina Passas referiu que, normalmente, quem estabelece o preço dos produtos é a lei da oferta e da procura, devendo ser estabelecido o preço justo.

Jorge Humberto Fernandes referiu que se deve ter em consideração aqueles produtores que cumprem as regras, identificando os produtos, rotulando, pagando os impostos sobre a produção desse produto e os outros que não fazem isso, que não pagam os impostos, não cumprem as obrigações previstas na lei, como a rotulagem, questões de higiene, verificando-se uma concorrência desleal entre produtores.

Aproveitou ainda para dizer que, a ser criada a referida feira de produtos biológicos, deverá ser efetuado, em primeiro lugar, a identificação dos produtores, e feito um controlo, pelo Grupo Multidisciplinar, dos produtos ali vendidos, reconhecendo que irá ser trabalhoso e que, muito provavelmente, a Câmara Municipal terá de

Dr.
P
M

contratar mais alguém, mas que isto faz parte da dinâmica económica do concelho, dependendo das opções políticas que o Município queira tomar.

A **Sr.^a Presidente** conclui que concorda com uma feira mensal de produtos biológicos, sendo os primeiros produtores convidados os feirantes que à quinta-feira fazem a feira. No entanto, esta questão terá de ser muito bem organizada, terá de ser pensado onde é, como é, quem regulamenta.

Jorge Humberto Fernandes referiu que as Associações de Produtores podem apoiar na identificação desses produtores certificados, para poderem participar nessa feira. Considera que o melhor local para a realização da feira será na Praça do Mercado, durante os dias de sábado ou domingo, pois é no final de semana que se verifica uma maior afluência de visitantes a Mirandela, não interferindo com as restantes vendas de outros lojistas que têm produtos endógenos e não endógenos, que fazem parte do comércio local.

Francisco Ataíde Pavão, considera importante a marcação de datas para a concretização do que foi tratado durante o presente Conselho, nomeadamente, as respostas às necessidades dos pedidos de parecer para os licenciamentos sobre projetos agrícolas, referindo um prazo de 15 dias para verificar o número de pareceres que entraram na Câmara, a realização da formação com o Gabinete Técnico Florestal e a marcação da feira de produtos biológicos.

Considera ainda importante referir que estava prometida uma visita ao concelho do Fundão e que ainda não foi concretizada. Sugere que no próximo Conselho seja visitado o grande bom exemplo que o Fundão tem na dinamização do tecido agrícola, seria muito importante esta participação.

Relativamente aos licenciamentos sugere que seja enviado um email para as Entidades que tenham pedidos de pareceres em atraso. No que respeita à formação com o Gabinete Técnico Florestal, esta deverá ser realizada durante a próxima semana.

A **Sr.^a Presidente**, no que respeita à visita ao Fundão, propôs que seja enviado um email e depois comunicado ao Conselho, que na sua opinião deverá acontecer no mês de junho.

Jorge Humberto Fernandes sugere que seja realizado um levantamento das Entidades que enviaram pedido de parecer ao Município e que ainda não obtiveram resposta.

Cristina Passas informou que existem outros bons exemplos do que são as cadeias curtas, citando a Câmara Municipal de Mafra, que possuem já um levantamento exaustivo das etapas, dos *Stakeholders* quer a montante quer a jusante.

A **Sr.^a Presidente** informou que em Mirandela existe, há décadas, este tipo de circuito montado, mas de modo informal, na região de Trás-os-Montes existe muito este mercado de pequenos circuitos entre o produtor e o pequeno consumidor. Refere ainda que existe uma grande dificuldade no que respeita aos produtores, pois fixam-se no patamar da produção rejeitando a distribuição ou a entrada em cooperativa para formalizar o comércio, com receio do pagamento de elevados impostos, verificando que a média de idades dos nossos produtores é bastante alta. Isto representa um constrangimento.

Francisco Ataíde Pavão propõe que nas questões que sinalizam o mundo rural, houvesse cuidado na informação sobre a questão da legalização e da promoção da venda legal dos produtos, importante para fomentar a concorrência legal entre produtores.

A **Sr.^a Presidente** fez o ponto de situação informando de três decisões: o envio de um email às entidades que submeteram pedidos de pareceres no Município, dos quais aguardam decisão; a organização da visita ao Fundão programada para junho e a formação com o GTF – Gabinete Técnico Florestal, com organização através da Eng.^a Cidália Pinto.

Quanto ao **Ponto 3.4 – Ponto de Situação do Apoio à Produção Pecuária**, a **Sr.^a Presidente** deu palavra à Dr.^a **Liliana Pinto**, representante do Serviço Municipal de Veterinária que informou que após uma reunião com as Organizações de Agricultores e os Serviços Municipais de Veterinária, resultou uma estratégia de facilitação dos procedimentos para o acesso ao apoio municipal dirigido aos produtores pecuniários. Neste sentido, já foram aprovadas três deliberações em reunião de Câmara, desde 2021, do qual resultou o montante atribuído,

até ao momento, de 8.752,60 euros. Comunicou ainda que existem 7 produtores que, por falta de apresentação da declaração de não dívida, esse apoio ainda não lhes foi atribuído. Contudo, já foram desenvolvidos contactos nesse sentido para poder se finalizado o processo.

Mais informou o Conselho que ainda estão a ser analisadas 85 candidaturas relativas ao ano de 2023, estando a aguardar-se pelo final do presente mês de março para serem submetidas a aprovação em reunião de Câmara.

A **Sr.^a Presidente** constatou que houve uma melhoria substancial na atribuição destes apoios em relação ao ano anterior.

Dr.^a **Liliana Pinto** confirmou que este ano, das candidaturas analisadas, já foram pagos quase 7 mil euros de apoios, estando ainda a faltar o somatório do presente mês.

Francisco Ataíde Pavão questionou a possibilidade de aceder ao número de pedidos efetuados por Entidade.

A **Sr.^a Presidente** informou que é possível esse acesso por parte das Entidades.

Passando ao **Ponto 3.5 – Agendamento das Reuniões deste Conselho para o ano de 2024**, a **Sr.^a Presidente** informou que as próximas reuniões ordinárias do Conselho para o presente ano estão previstas para 18 de junho, 10 de setembro e 12 de novembro, sempre à terça-feira, durante a tarde, como já é habitual.

No **Ponto 4 - Outros assuntos**, a **Sr.^a Presidente** questionou se alguém queria intervir, passando a palavra ao membro **Bruno Ricardo** que tomou a palavra para dar nota de que, no âmbito do Apoio à Produção Pecuária, existem concelhos limítrofes e não só, que aprovaram recentemente o Regulamento Municipal de Apoio à Apicultura, sendo transversal o reconhecimento desta atividade tão importante. Realça ainda que, perante todos estes constrangimentos, face à forte ameaça da vespa velutina, estão a ser encetados esforços junto dos apicultores no sentido de instalarem armadilhas para a captura das vespas velutinas fundadoras que irão originar os ninhos, estando estes a responder positivamente ao apelo. Destaca ainda o elevado investimento, associado à destruição destes ninhos, mas que mesmo assim continuam a colaborar arduamente nesta tarefa.

A **Sr.^a Presidente** informou que este Município já gastou milhares de euros no combate à vespa velutina, com a destruição desses ninhos, dando nota da falta de apoio do Estado nesta matéria.

Bruno Ricardo refere que por essa mesma razão alguns Municípios, dando o exemplo do Município de Vinhais, fez aprovar um regulamento interno para apoiar os apicultores. Neste seguimento, reitera ao Município, que considere a questão do apoio à atividade apícola do concelho.

António Neves tomou a palavra para questionar se este apoio nas armadilhas pode minimizar muito os custos nos Municípios no combate e na destruição dos ninhos.

Bruno Ricardo refere que cada vespa que se capture agora é um ninho secundário que não se forma e que não terá de ser destruído pelo Município. Frisando que, no ano anterior, cada ninho que era destruído tinha um custo na ordem dos 250 euros. Quando é pedido aos apicultores que colaborem, terá de haver uma mínima contrapartida neste sentido.

Informa ainda que o valor proposto por cada armadilha foi apresentado, não pela Cooperativa dos Produtores, mas por um grupo de trabalho constituído por elementos da Direção Regional e da Câmara, onde chegaram a um valor que neste momento está completamente desconstruído.

Agostinho Beça esclareceu que esse valor proposto foi no âmbito do Apoio à Produção Pecuária, mas o que está em causa agora é o apoio ao combate da vespa velutina.

Bruno Ricardo deu nota de que a apicultura não deveria ser excluída dos Apoios à Produção Pecuária por todas as razões e incluindo a questão da dispersão dos ninhos, uma vez que os apiários são o alvo preferencial das vespas fundadoras sendo nesses locais que faz sentido a colocação das armadilhas para capturas dessas vespas fundadoras que vão formar ninhos e que o município terá de destruir mais tarde. Por estas razões os apicultores são elementos importantes na dispersão desses ninhos.

Francisco Ataíde Pavão questionou qual o custo dessas armadilhas, da sua monitorização e captura em massa.

Bruno Ricardo esclareceu que não está em causa o custo das armadilhas, pois no âmbito de um Projeto da CIM, foi fornecida uma armadilha por apiário a cada apicultor. Neste momento, o que está em causa é o apoio ao apicultor no âmbito dos custos acrescidos de preparação do isco, da despesa acrescida do apiário e de renovação do isco.

Francisco Ataíde Pavão pediu a palavra para partilhar a informação de que está ser divulgado um inquérito da União Europeia sobre a Atividade Agrícola.

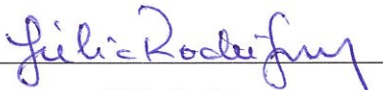
Deu nota ainda da importância de cada organização presente no Conselho de possuir capacidade de influir nas decisões estratégicas, felicitando este Município pela postura e conceito do Conselho, onde as reuniões são produtivas, destacando que cada dirigente associativo é um político, com capacidade de influir, devendo dar contributos quer através de inquéritos da União Europeia quer no âmbito de outros documentos, pois todos temos capacidade de influir em prol da dinâmica agrícola do nosso concelho.

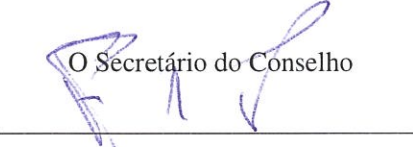
A **Sr.ª Presidente** finalizou a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

E não havendo mais nada a tratar, pelas 17H:20min, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, aprovada em minuta, por unanimidade, que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e por mim _____ que a elaborei e transcrevi.

Mirandela, 19 de março de 2024.

A Presidente da Câmara Municipal,


(Júlia Rodrigues)


O Secretário do Conselho
()



